

## O PAPEL DA IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO DA CARTOGRAFIA DA POBREZA E DO CRIME EM FORTALEZA NO INÍCIO DO SÉC. XX.

Lucas Araújo Gomes Frota<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19141382>

19

### Resumo:

A pobreza e a criminalidade sempre foram relacionadas de forma fatalista nos discursos ditos científicos e sob os olhares das camadas abastadas, contribuindo para a formação de um imaginário do crime. Nas primeiras décadas do século XX, em Fortaleza, criou-se sob os espaços da pobreza uma imagem de antro do crime, dos vícios, assim como sobre os comportamentos dos pobres, tidos como perniciosos e desviantes, enfeando a imagem de cidade moderna e polida que se queria construir. Nos jornais da época eram construídas narrativas para caracterizar os locais perigosos da cidade e criminalizar determinados espaços de sociabilidade vistos como locais do delito, criando assim uma cartografia do crime que pretendemos reconstituir neste trabalho seguindo os fragmentos do passado dados pelas crônicas policiais e demais matérias de periódicos.

**Palavras-chaves:** Imaginário. Espaços de pobreza. Cartografia do crime.

## THE ROLE OF THE PRESS IN CONSTRUCTING THE CARTOGRAPHY OF POVERTY AND CRIME IN FORTALEZA AT THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY

### Abstract:

Poverty and criminality have always been fatalistically linked in so-called scientific discourses and through the eyes of the wealthy classes, contributing to the construction of a criminal imaginary. In the early decades of the 20th century, in Fortaleza, an image of a den of crime and vice was projected onto the spaces of poverty, as well as onto the behaviors of the poor, which were seen as harmful and deviant blemishing the image of a modern and polished city that the elites sought to build. Newspapers of the time created narratives to define the dangerous areas of the city and to criminalize certain spaces of sociability seen as places of delinquency, thus constructing a cartography of crime. In this work, we aim to reconstruct that cartography based on the fragments of the past found in police chronicles and other newspaper articles.

**Keywords:** Imaginary. Spaces of poverty. Cartography of crime.

## A (DES)ORDEM URBANA

A formação do espaço urbano de Fortaleza nas décadas iniciais do século vinte aconteceu de forma desorganizada e avessa aos interesses das camadas elitizadas como a burguesia comercial, os

<sup>1</sup> Professor de educação básica da rede pública de ensino do Estado do Ceará, vinculado à Secretaria de Educação (Seduc). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Email: [lucas.frota@prof.ce.gov.br](mailto:lucas.frota@prof.ce.gov.br). Contato: (85)998060444.

grupos letrados e das autoridades políticas cearenses. Marcado pelas constantes migrações de sertanejos que fugiam das repetidas secas<sup>2</sup> no interior e que viam na capital uma oportunidade de sobrevivência, a cidade tinha seu perímetro urbano alargado com o aumento da população que se fixava seja nos crescentes subúrbios morando em casebres de palha, seja nas vias centrais ocupando abaracamentos ou mesmo vivendo nas ruas, utilizando-as como abrigo.

Este crescimento desordenado ia de encontro às reformas urbanas e sociais<sup>3</sup> previstas para Fortaleza desde os anos sessenta do séc. dezenove que tinham o objetivo de embelezar a cidade e de reajustar comportamentos da população, enquadrando-os dentro de uma sociabilidade considerada civilizada. Tentou-se à época disciplinar a expansão urbana com a criação da “planta de Fortaleza e subúrbios (1875)” pelo engenheiro contratado Adolfo Herbster que estendia o traçado em xadrez<sup>4</sup> adotado em 1812 às periferias existentes ajustando o espaço das ruas, alinhando-as e corrigindo becos e vielas considerados locais perigosos e propícios para o aflorar de comportamentos imorais e delituosos que contrariavam uma sensibilidade urbana nascente e os “bons costumes” defendidos pelas famílias tradicionais da cidade.

Iam também sendo definidas as supostas fronteiras entre os bairros pobres e os elegantes, estes sendo locais de residência das elites burguesas que se concentravam na Jacarecanga e no Benfica com seus palacetes e sobrados aos moldes europeus. Com o projeto urbanístico adotado a capital passou a contar com 3 boulevards – atuais avenidas Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel – que delimitavam a zona central, a qual viria a aumentar já em 1890 quando foram construídos os boulevards na Jacarecanga, na Visconde do Cauipe e na Visconde do Rio Branco e em 1922 com o boulevard Nogueira Accioly (Andrade, 2012). A construção destas alamedas e a delimitação das zonas nobres demonstrava a ampliação do espaço urbano e a preocupação paisagística das autoridades de enquadrar este crescimento dentro de uma ótica aformoseada e ordenada que conferisse à cidade uma imagem moderna.

---

<sup>2</sup> As constantes estiagens que atingiram o território cearense, desde 1877, passando por 1899, 1900, 1915, até 1932, foram modificando as percepções ou as estruturas de sentimentos que tanto a elite dirigente quanto a população tinham do retirante, das migrações periódicas para a capital e da pobreza (Neves, 2000).

<sup>3</sup> Estas reformas aconteceram durante o período de consolidação de Fortaleza como importante entreposto comercial devido à grande exportação de algodão para o mercado externo desde a segunda metade do século XIX, contribuindo para um processo de “regeneração urbana” que visava modernizar a capital do Estado e disciplinar sua população a partir de estratégias embelezadoras e saneadoras alinhadas aos padrões civilizatórios difundidos pelas metrópoles europeias, principalmente a França (Ponte, 1999).

<sup>4</sup> Traçado urbano adotado em Fortaleza desde 1812 com o engenheiro Silva Paulet, foi posteriormente estendido por todo o perímetro da cidade como uma estratégia para manter um certo controle social a partir do momento que possibilitaria uma maior vigilância sobre o espaço que teria seus desvios geográficos substituídos por ruas alinhadas (Araújo, 2007, p. 54).

Contribuíram para estas transformações urbanas os profissionais liberais – advogados e médicos sanitaristas – assim como políticos juntamente com a burguesia comercial que desejavam “racionalizar” a capital e disciplinar sua população, encarando a cidade enquanto palco para representar os seus anseios civilizatórios traduzidos em formas de se comportar, de se vestir e de transitar que os distinguiam do restante da população (Vieira, 2015).

Entretanto, esta visão de cidade moderna, disciplinada, higienizada e desenvolvida não correspondia à realidade. Com a tendência de crescimento populacional presente desde o final do século dezenove, a ocupação territorial ficava cada vez mais irregular e os problemas sociais mais evidentes. Fortaleza em 1900 apresentava uma população de 48.389 habitantes, chegando a 78.536 almas em apenas vinte anos e quase dobrando esse contingente nos anos quarenta (Silva, 1992, p. 36), muito por conta, como foi dito, das secas no sertão nordestino e das grandes levas de retirantes trazidas à capital nos anos de 1915 e 1932.

Desta forma, viu-se nas primeiras décadas do século a ampliação da periferia com os bairros pobres ficando cada vez mais visíveis, a exemplo do Alto Alegre, do Barro Vermelho, do Morro do Croatá, do Morro do Moinho e do Arraial Moura Brasil, sendo muitos destes construídos próximos à estação ferroviária por onde vinham os sertanejos que ao chegarem à capital acabavam residindo nestes arredores. Ademais, com o aumento da migração sertaneja a partir dos anos trinta, deu-se a proliferação de favelas como as do Cercado do Zé Padre, da Varjota, Morro do Ouro, Mucuripe, Lagamar e do Pirambu, considerado um prolongamento do Arraial Moura Brasil (Silva, 1992, p. 29).

Os periódicos da época retratavam em suas páginas as desigualdades urbanas e sociais que iam surgindo. Em 1928, o jornal O Ceará empreendeu um conjunto de reportagens que buscavam mostrar “como [viviam] as classes pobres em Fortaleza”, afirmando que “milhares de homens, mulheres e crianças estiolam-se em baiúcas anti-higienicas”:

Percorrendo os arredores de Fortaleza, as chamadas areias, tem-se mais nítida impressão do estado de miséria em que vivem esses nossos conterrâneos, para os quaes os poderes públicos não têm um acto, um gesto, que venha melhorar um pouco a sua triste situação de vida. Com o intuito de dar ao público, em quadros vivos, a dolorosa condição dessa gente que coopera em alto gráo para a prosperidade da acção e do Estado, o “O Ceará” acaba de iniciar uma reportagem nas areias de Fortaleza, visitando os bairros da miséria onde uma numerosa população se estiola em inúmeros casebres. No morro do Moinho, no Morro do Croatá, na Gamelleira, nas Camberimbas, Alta Mira, Prado Velho, Coqueirinho, Lagoa da Onça, outros logarejos, dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, em miserables choupanas, onde predomina a mais absoluta falta de hygiene, vivem na mais negra miséria. É verdadeiramente desolador o quadro que se apresenta aos olhos dos que penetram nesses bairros, que não são labutados por mendigos, mas por gente que trabalha, por carregadores, vendedores de fructas, lavadeiras, emgomadeiras, verdureira etc. etc (Como..., 1928, p. 4).

A cidade que se modernizava não pertencia a todos. A urbanização se fazia em desfavor dos “desprotegidos da fortuna”, relegando-os aos espaços de exclusão caracterizados na reportagem pe-

la insalubridade, miséria e falta de infraestrutura. Estas condições iam compondo o imaginário sobre as referidas localidades que, posteriormente, foram taxadas de lugares viciosos e perigosos.

Pela notícia pôde-se inferir quem eram os pobres da cidade que se encontravam nestas condições anti-higiênicas vivendo em “choças” ou “choupanas”: estes eram os vendedores de alimentos, os carregadores, as engomadeiras, as lavadeiras, os operários. A pobreza urbana era composta por indivíduos que ocupavam posições de subalternidade e de expropriação dentro do mercado de produção capitalista que – juntamente com a urbanização – se afirmava cada vez mais em Fortaleza.

Em outra matéria, agora da revista Ceará Ilustrado em 1924, registravam-se as condições de moradia da população do Morro do Moinho, região localizada entre a estação ferroviária e o cemitério São João Batista:

Casas de palhas, barros, flandres e taboas de caixão mal rebocadas e mal caiadas com inscrições ininteligíveis, aqui e ali, sobre imundas portas. De dentro da maioria das habitações vem um bafio entontecedor. Cada beco daqueles tem um nome característico. As casas são enumeradas pela Prophylaxia Rural (Crônica..., 1924, p. 7).

As cenas descritas denunciavam as contradições da urbe alencarina, evidenciando as péssimas condições das habitações populares que ficavam em zonas esquecidas das reformas de “regeneração urbana”. Ainda sobre este subúrbio, em 1936 jornalistas do periódico A Razão visitaram-no e fizeram uma matéria que falava sobre as dificuldades enfrentadas pelos moradores locais:

### SUBINDO O MORRO

Mais alguns esforços e caminhávamos por uma estreita viela – quando o nosso olfato foi invadido por um terrível mau cheiro. Levamos o lenço e vimos o seguinte: - montes de lixo e porqueira em todas as direções. O volume de uns é grande e não admira que a qualquer hora venham soterrar na sua avalanche de imundice as habitações de baixo. [...]. O nosso informante notou a nossa admiração e disse: - Aqui não há limpeza, quando a cousa já é demais nós nos reunimos e damos geito: - defumamos o pessoal da banda de baixo.... (Gondim, 1936, p. 6).

Casas insalubres, pequenas e de péssima estrutura, ruas imundas que exalavam mau cheiro por conta do lixo que se acumulava e pela falta de saneamento. Esta era a realidade cotidiana em que os pobres urbanos desenvolviam suas experiências de vida e tentavam garantir sua sobrevivência, evidenciando a existência de uma outra “cidade” que se queria esconder, avessa à idealizada pelas elites.

A segregação socioespacial se contrapunha com a proximidade em que se encontravam os bairros ricos e pobres, onde os moradores podiam contemplar os contrastes urbanos. Na reportagem falando sobre o morro do Moinho, os jornalistas descreviam acerca da “magnificência da paisagem”:

### OLHANDO, DO ALTO DO MORRO...:

[...]. Estamos no alto do morro e contemplamos, olhando alto, a magnificência da paisagem. O mar imenso desdobra-se em toda a vastidão do horizonte. Os coqueirais dão uma nota de

poesia e beleza e a alvura cristalina das praias completa a grandiosidade do cenário. Desviamos nosso olhar para baixo e vimos os nossos pés atolados no lixo ambiente... Também vimos, a 300 metros de distancia das casinholas frias e geladas do morro, levantar-se, altaneira, a grandiosidade dos bungalows da plutocracia do bairro Jacarecanga... e, sacudindo os nossos sapatos sujos, lembrámo-nos sapatos sujos, lembrámo-nos do trabalho diário dos “garis” que vivem a espanar as ruas centrais de nossa cidade...(Gondim, 1936, p. 6).

A descrição do cenário nos mostra duas Fortalezas diferenciadas pelas formas de habitação – uma com suas choupanas e “casinholas” e a outra com seus palacetes e “bungalows” – mas cada vez mais próximas territorialmente à medida que a cidade crescia e era apropriada pelos seus diversos habitantes. No final dos anos 20, a zona central foi sendo cada vez mais ocupada por pessoas pobres e o lado oeste, região onde se localizava a plutocracia do bairro Jacarecanga, foi tornando-se residência dos operários de indústrias que se lá se fixaram, fazendo com que as elites locais se deslocassem destas regiões para outras mais afastadas dando origem a novos bairros como a Aldeota.

Os limites entre os espaços elitizados e os “campos da miséria”, portanto, não eram bem esclarecidos e nem respeitados como pretendiam as elites locais. Na verdade, eles se cruzavam. As cenas de pobreza na cidade se avolumavam com a chegada de retirantes a cada seca, com muitos fixando-se nos subúrbios e transformando-se em trabalhadores urbanos ou ocupando as ruas centrais da urbe e suas praças como mendigos. Mesmo quando as estiagens terminavam, nem todos voltavam para o interior, o que acentuava as desigualdades e deixava mais evidente as contradições do espaço.

Setores da população que detinham certo letramento e acesso à imprensa também manifestavam suas impressões acerca da pobreza e da movimentação dos seus sujeitos que “se espalha e se avoluma pelas ruas desta capital”. Alguns destes periódicos disponibilizavam colunas para as “Queixas do Povo”, e numa dessas denunciava-se o “flagelo da mendicância”:

Vem sendo, de certo tempo a esta parte um caso serio a mendicidade que se espalha e se avoluma pelas ruas desta capital. Há poucos tempos, as autoridades que nos governam, compenetradas de seus deveres de humanidade, lembraram-se num momento feliz, de ajuntar todos os mendicantes e os recolher ao Asylo de Mendicidade onde, a salvo de privações, as necessidades de ambos os sexos poderiam gozar uma existência mais ou menos cercada de relativo conforto. Tal providencia, sr. redactor, foi deveras aplaudida e elogiada pelo público em geral. E, Fortaleza passou algumas semanas livre dos bandos de mendigos que enchiam as ruas, derramavam-se pelas ruas, invadiam os “cafês” oferecendo-nos, para todos os ângulos da cidade, um espectáculo irritante e contristador. Agora, porem, infelizmente, sr. redactor, um considerável contingente de pedintes invadiu de novo nossa capital, espalhando-se pelas ruas de nossa “urbs”, dando-nos, novamente, a reprodução das mesmas scenas de decadência e de miseria de outros tempos. Diariamente, assistimos, desolados, a passagem de mendigos transitando pela cidade de porta em porta, implorando a caridade pública. Uns são cegos, outros aleijados, ainda outros empaleimados, rachiticos e cadavéricos, acompanhados de mulheres andrajosas ou de esqueléticas estendendo a mão por uma esmolinha pelo amor de Deus (O Flagelo..., 1928, p. 8).

Manifestações como esta, de um leitor do jornal O Ceará em 1928, eram constantemente reproduzidas e retratavam a nova sensibilidade urbana. Primeiramente, não só a imprensa veiculava a

imagem de cidade infestada de sujeitos “andrajosos e esqueléticos” que enfeivavam a paisagem, mas alguns próprios moradores faziam questão de cobrar do Estado uma tomada de decisões para acabar com este “espetáculo irritante e contrastador”.

Esta irritação provinha não só da agonia pelo sofrimento dos que se encontravam na situação de penúria, mas também pelo comportamento destes mendicantes que invadiam os espaços de lazer e sociabilidades aburguesados como os cafés ou percorriam as ruas centrais indo de porta em porta pedir esmolas, criando fissuras na imagem idílica e moderna que as camadas médias urbanas e as elites locais projetavam para Fortaleza. Para aqueles, o seu espaço na cidade estaria reservado ao ambiente de confinamento do Asilo de Mendicidade, cabendo ao poder público escondê-los das vistas dos civilizados e aptos para ocupar os locais nobres da sociedade.

A miséria passava então a ser vista pela ótica da degradação física e moral, onde produziria sujeitos doentes e de comportamentos moralmente desviantes. Desta forma, a segregação não se daria somente pelo aspecto geográfico, mas também no âmbito cultural (BARBOSA, 2000, p. 157) ao distinguir e discriminar os modos de viver, de se vestir e de ocupar o espaço. A população pobre da capital viu suas formas de vida e seus locais de residência serem criminalizados pela imprensa e aparecerem constantemente nas colunas policiais, onde associava-se os espaços da pobreza às práticas delituosas e aos comportamentos imorais que eram enquadrados na lei e nas regras sociais de conduta.

A estigmatização da pobreza urbana e sua posterior criminalização seria um recurso para tentar conter a suposta desordem social que se apresentava em Fortaleza aos olhos das elites, cabendo à imprensa a construção e disseminação destas representações criminais e ao Estado a efetiva intervenção nesses espaços. Assim, uma cartografia do crime era delimitada nas matérias policiais trilhando um caminho que a polícia deveria percorrer para conter as ameaças à parcela da sociedade dita educada, civilizada, ordeira e aos seus “espaços da ordem”.

### **BAIRROS POBRES, ZONAS PERIGOSAS**

Em várias matérias publicadas na imprensa que se referiam às periferias urbanas, buscava-se descrever tanto os seus aspectos físicos quanto os hábitos dos seus moradores. Novamente na matéria “Visitando o Morro do Moinho”, o jornal deixava claro seu posicionamento ao falar dos costumes da população local:

#### “SAMBAS E CRENDICES”

A certa altura perguntámos: - Por aqui ainda fazem samba? – É só o que existe de bom na vida do morro. Todos os sábados a “negrada” se reúne e haja dança. Às vezes brincam até

alta madrugada na melhor das camaradagens. Existem uns certos camaradas que quando aparecem é “sururu” na certa. Facas, murros e cacetes tinem na cabeça da gente... – E feiticeiros? – Também há, mas destes não dou notícias porque com eles não convivo. Sei apenas de sessões espíritas onde invocam espíritos e pedem mezinhas (Gondim, 1936, p. 6).

A fala da matéria sobre o universo cultural e simbólico desta população foi marcada por um teor pejorativo percebido no uso do termo “crendice” para se referir às convicções religiosas ali presentes, chamando seus praticantes de feiticeiros que acabavam sofrendo preconceitos por parte da sociedade fortalezense imersa no conservadorismo católico. Ao mesmo tempo, a pergunta que foi feita a uma moradora do morro sobre a realização do samba denotava preocupação com certas práticas populares consideradas potenciais focos de transgressões.

O samba, entendido naquele contexto não como um gênero musical, mas sim como uma festa popular regada a bebidas, dança e música, era visto como momento propício para a fomentação da vadiagem, da ociosidade e, por fim, do delito. Entretanto, a moradora deixava claro ser o samba “só o que existe de bom na vida do morro”, pois estes momentos de lazer faziam parte da sociabilidade conhecida e compartilhada pelos moradores em que forjavam formas de sobrevivência e de resistência diante da situação de penúria em que se encontravam. A própria desordem relatada quando se falava do “sururu” envolvendo facas, murros e cacetetes ganhava significado diferente no cotidiano dos moradores do morro, não sendo interpretados enquanto delitos causados pelo estado de miséria excessiva ou por uma degradação moral inata à população pobre.

Assim, as concepções acerca do crime e dos hábitos de lazer destes grupos sociais se diferenciavam daqueles prescritos pela lei, pela imprensa e pelas elites locais aburguesadas que queriam impor ao espaço urbano normas de sociabilidades consideradas civilizadas. Estas divergências causavam estranhamento e, por consequência, a divisão da cidade a partir de uma cartografia dos espaços da ordem e do crime produzida e veiculada pelos meios de comunicação. O próprio jornal *A Razão*, ao publicar a fala da moradora, utilizava-a para reafirmar uma visão estereotipada do Morro do Moinho, caracterizado como a “Favela Cearense”, o “Império da macumba”, onde seriam encontrados tipos indesejáveis pelos seus aspectos miseráveis e degradantes com hábitos e crenças bárbaras habitando uma zona perigosa da cidade.

Esta região aparecia também nas colunas policiais, onde relatava-se a ocorrência de crimes e contravenções ligadas ao morro. O mesmo jornal, nas suas “notas policiaes”, chegou a registrar de forma satírica a notícia sobre uma “Lucta de box no Mercado” que acontecera entre José Francisco dos Santos e Domingos Furtado Barbosa, identificado como morador do Morro do Moinho e iniciador do conflito que resultou em sua prisão (Lucta..., 1929, p. 8). Ao relatar a briga comparando-a a uma luta de box, o redator fez questão de caracterizar a região como “o ring mais apreciado pelos

nossos pugilistas notívagos” com o objetivo de apresentar este bairro enquanto localidade associada às desordens e povoada por sujeitos briguentos e perigosos que agiam principalmente nas sombras da noite.

Nos vários casos apresentados nas páginas policiais, pode-se ver como a imprensa tentava criar uma relação entre o infrator, o seu local de moradia e o lugar do delito. Ao narrar as infrações e os seus sujeitos, especificando onde moravam e caracterizando o local da infração, criava-se uma identificação entre as zonas da cidade com determinadas práticas delituosas que ajudaria na construção de uma cartografia do crime em Fortaleza. Esta deveria orientar a polícia na definição dos seus alvos cujo objetivo seria manter estes antros de transgressões sob constante vigilância e assegurar a ordem pública.

Estas representações impressas sobre o espaço urbano e seus habitantes, mesmo sendo construções sociais, contribuíam para modificar a realidade ao ponto de produzi-la. Diferenciavam, classificavam, atribuíam sentido a estas delimitações socioespaciais ao ponto de influenciar as ações de sujeitos que internalizavam este imaginário fabricado. Portanto, ao caracterizar, designar e nomear, construíam o espaço enquanto lugar de práticas proibidas carregado de sentido e reconhecimento (Pesavento, 2001).

Um outro “lugar do proibido” que constantemente aparecia nas páginas e registros policiais era o Arraial Moura Brasil. Esta região que abrangia o morro do Moinho no seu perímetro urbano estava presente na planta de Fortaleza desde 1887, localizada na parte baixa da cidade entre o centro e a praia formosa e onde:

Segundo o Censo de 1887, foram arrolados 40 imóveis e 44 palhoças e nele predominavam: pescadores (3), artistas (8), jornaleiros (16), lavadeiras (10), jangadeiros (2), agências (2), lavrador (1) e outros, atingindo 70 imóveis e 60 palhoças em 1890 (Andrade, 2012, p. 164,165).

O arraial era um dos bairros mais pobres da urbe, marcado pela presença de casas de palha habitadas por uma população humilde de trabalhadores urbanos e carente de assistência do poder público. Estigmatizado pela imprensa, foi por várias vezes caracterizado como lugar perigoso e promíscuo, residência de criminosos, prostitutas, bêbados briguentos e desordeiros.

Nas crônicas criminais de 1929, A Razão delineava o perfil do bairro Moura Brasil ao defini-lo como a “favela cearense” durante o relato da briga entre Torres de “pinho” e Antônio Milagres:

### O MILAGRES ESCAPOU POR MILAGRE

O arraial Moura Brasil é a “favela” cearense; Favela de imitação barata e portanto medíocre. O antigo morro do Moinho mesmo depois de “chrisnado” não modificou nada, isto é, continuou na mesma. É o local preferido para facadas e “facadas” queremos dizer, para facadas de verdade e para outras, cujo o “sangue” é o dinheiro que corre para o bolso, do meco que “esfaqueia (O Milagres..., 1929, p. 5).

Ao caracterizar o local do conflito como o preferível das “facadas”, o cronista associava o ambiente do arraial e seus moradores às práticas desordeiras. Ao mesmo tempo, a nomeação desta região enquanto “favela” denunciava a intenção do jornal em identificar esta forma de habitação das classes pobres enquanto ambiente propício à reprodução de vícios e delitos por suas condições precárias. Dentro de um processo de estigmatização em curso nos periódicos da época, as favelas “foram consideradas como símbolos do antiprogresso e da anticivilização” (Mattos, 2008), o avesso do mundo moderno e dos padrões de civilidade que pretendiam as elites para a urbe alencarina. Com isto, demarcava-se uma zona do perigo na cidade que deveria ser vigiada pela polícia por representar um foco de desordem e ameaçar a outra Fortaleza, que se queria nobre.

Ainda seguindo os rastros da representação do Arraial Moura Brasil na imprensa alencarina, via-se que este bairro também recebia a alcunha de “bataclan genuinamente brasileiro” devido a presença de “mulheres de vida airada” nas suas ruas afrontando a moral e os bons costumes cearenses:

#### “POUCAS VESTES

Nessa época de calor nada mais razoável, para uma mulher, do que andar com as pernas ao léu e o corpo ao vento. Aliás, a moda manda assim, e assim pensa a rameira Maria da Glória. Aconteceu, porém, que a Maria da Glória exorbitou da moda e estrejou mal no Arraial Moura Brasil, o bataclan genuinamente brasileiro. Chamada a policia marítima, arranjou la suas razões; razões de eva, e, ao contrário da bíblia, isto é, ao invés de ser expulsa do Paraíso, queremos dizer da Maritima, foi trancafiada (Poucas..., 1929, p. 4).

Era clara a intenção de criminalizar comportamentos considerados inadequados a partir de uma ótica moralizadora, utilizando-se de referências religiosas para expor o caso de Marina da Glória que fora vista nas ruas do arraial com “poucas vestes”, afrontando a moralidade pública. Diante disto, teve sua imagem identificada à libertinagem ao ser chamada de rameira que vivia no “bataclan” Moura Brasil, ou seja, no antro da prostituição fortalezense.

Estas percepções sobre a “Favela” cearense foram reforçadas em 1934, quando para livrar as ruas centrais do baixo meretrício o governador Menezes Pimentel transferiu para o arraial as “mulheres de vida airada”, segregando-as na periferia da cidade. O bairro ganharia uma nova nomenclatura, passando a ser chamado popularmente de Curral das Éguas, numa alusão a animais que são “montados” para fins sexuais (Sousa, 1997). Com isto, o próprio Estado contribuía para a construção destes supostos guetos do vício e do crime ao delimitar arbitrariamente os espaços de circulação entre os moradores da cidade e ao relegar ao descaso as populações pobres e os grupos sociais estigmatizados que viviam em locais precários sem água, energia, calçamentos e saneamento básico.

Além de local da prostituição, o bairro Moura Brasil também era visto como o espaço da “desordem e embriaguez” de João Ferreira que o levou à prisão (Preso..., 1929, p. 4); das arruaças ou da “bernarda” de João Bernardo da Silva que “quando está de “veia” aumenta a dose da branquinha e haja zuada” (Aventuras..., 1929, p. 8); dos larápios que visitaram a residência do sr. Luiz Silveira, “carregando da casa assaltada um relógio “Omega” e uma certa importância em dinheiro” (Nem..., 1928, p. 4); de vigaristas como o padeiro Antônio Martins de Souza que se passou por “sr. Beny Paracampos, para receber 15 kilos de café em caroço do estabelecimento comercial do sr. Luiz de Mello” (Café..., 1929, p. 4) e de “scenas de sangue” trágicas como as protagonizadas pelo homicida José Colares que “assassinou com oito punhaladas a esposa que se entregara á prostituição” (Dolorosa..., 19230, p. 8).

Os periódicos, ao publicizarem esses casos policiais e expor uma outra cidade que se desenvolvia nas periferias, contribuíam para naturalizar a relação do crime e violência a estes espaços e aos seus moradores, indo ao encontro de certas expectativas sociais das classes médias urbanas e das elites locais que viam os pobres da cidade como degenerados morais propensos à criminalidade. Assim, esta visão de uma delinquência inata aos subúrbios de Fortaleza era comum na imprensa:

### UMA “PESCARIA” FELIZ

A nossa polícia, vez por outra, da uma botada pelos nossos subúrbios e... zás... A “pesca” sempre dá bons resultados. Tudo que cae na “rêde” é aproveitado: “peixe, piaba, tubarão, baleia, serra”...Segunda-feira, a “canoa” deu um “bote” ali no Arraial Moura Brasil e conseguiu “fisgar” diversos “peixinhos: - Francisca Alice, de 20 anos de idade, natural de Maria Pereira. – Maria de Salles, de 21 anos de idade, natural de Quixadá. – Maria Vicente, de 19 anos, natural de São Gonçalo. – E mais dois “lambaris” ou “sardinhas”. A pescaria foi feita às 20 horas, pelos pescadores, guardas ns 37, 36 e 103 (Uma pescaria..., 1929, p. 4).

Esses relatos se valiam de uma linguagem coloquial e de várias metáforas como forma de tornar as histórias mais interessantes, entretendo e apelando para o lado emocional do seu público-alvo para convencê-los da mensagem que se queria passar (Fonteles Neto, 2015). As percepções sobre os perigos da cidade de Fortaleza, portanto, vão se formando tanto pelo poder da mídia em influenciar uma opinião pública, quanto por uma inclinação de setores da população ao consumo de determinadas notícias que lidavam com seus medos, um deles o crime, devido estarem inseridos em um momento de transformação da cidade que encarava ao mesmo tempo reformas urbanas, migrações, casos de roubos, saques de sertanejos, aumento da população e das cenas de miséria.

Ainda seguindo o itinerário do “perigo”, descia-se pela rua central Major Facundo dobrando na travessa Liberato Barroso indo em direção ao Boulevard Joaquim Távora para chegar a um dos bairros mais conhecidos na capital em 1936: a Piedade, coberta pelo “areial” e caracterizada pela presença de “choupanas de palha que se seguem uma a outra”. Dentro deste bairro, ao caminhar so-

bre “um bom pedaço de areia quente e suja, dobrando verêdas e torcendo os caminhos, [chega-se] na Baixa Preta”, região anexada à Piedade que era assim apresentada pela imprensa:

[...]. Logo na entrada, sob um pé de Tamarina, nossa atenção foi despertada por uma cruz preta plantada ao chão. Nos aproximamos e lemos: “Jás os restos mortaes de Jose F. S. Paulo. Asasinado no dia 4 de junho de 1933. Sodades de sua familia”. [...]. Por alguns momentos fixamos aquela cruz, lembrando-nos do numero ilimitado de cruces idênticas que, sob o signo do homicídio impune, pontilham as estradas silenciosas e áridas dos sertões cearenses. Como nas caatingas do nordeste onde o rifle e o punhal são a lei suprema dos injustiçados ou dos tarados morais, ali também, na Baixa Preta, ficará para sempre, sobre a sombra bemfaseja de um tamarineiro frondoso, o estigma horripilante da criminalidade (Silveira, 1936, p. 13).

Novamente, as descrições dos subúrbios eram feitas de modo a reforçar uma imagem de zonas sombrias marcadas pela lei do mais forte e pela presença de “tarados morais” capazes das piores atrocidades. O destaque dado “à cruz preta plantada no chão” pelos repórteres e ainda mais ao escrito no túmulo fazia parte de uma narrativa que endossava os “estigmas horripilantes da criminalidade” que recaíam sobre a Baixa Preta. Inclusive, a própria nomenclatura desta região já evidenciava toda uma noção pejorativa construída historicamente que associava a cor de pele à periculosidade e à delinquência.

A este cenário de violência, somava-se também a imagem de reduto das “decaídas”, pois se via que “em frente á igreja, o meretrício sentou praça e ali vive num clamoroso atentado ao respeito que devia merecer não só o espírito religioso de nosso povo, mas o próprio decoro público”. A apresentação desta cena urbana dava destaque à existência de uma Igreja e do meretrício dividindo o mesmo espaço como forma de acentuar o aspecto degenerado das periferias enquanto locais profanos com moradores que se entregavam a uma vida de vícios que se contrapunha à moralidade pública preservada nos espaços civilizados da urbe.

Nestas notícias os estereótipos eram reforçados a partir do uso de analogias, por exemplo ao comparar um bairro periférico às “terras sem lei” do sertão nordestino. O destaque dado à prostituição local e à cruz que remota à criminalidade existente, assim como o uso de palavras com conotações depreciativas faziam parte dos trabalhos dos repórteres criminais, os quais transformavam o cotidiano em narrativas atraentes e com significância para o público leitor, atribuindo cor, cheiro e rosto ao mundo do crime de Fortaleza.

Além dos bairros pobres, das ruas escuras e dos becos sujos da cidade de Fortaleza, novos espaços ganhavam status de “antros” da perversidade e das infrações na escrita dos cronistas. Estes locais eram as bodegas, bares ou botequins, as pensões, os bordéis do meretrício e as casas de jogos, vistos como estabelecimentos da desordem, da libertinagem e da vadiagem que passariam a integrar a cartografia criminal construída e divulgada pelos jornais.

## “ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE CRIMINOSA”

Em 1922, o jornal O Nordeste descrevia como “antro de libertinagem” o recém-inaugurado Bar Cearense, “estabelecido na Fernandes Vieira, no meio das residências de distintas famílias”:

Com vistas á polícia.

Cartaz indecente e acintoso: um antro de libertinagem:

Quem quer que passe pela praça do Ferreira, centro principal da vida urbana, há-de, forçosamente, notar, em tintas berrantes, um cartaz imoralíssimo, que faz reclame da sujeira moral que é um tal Bar Cearense. Nesse convite acintoso á mocidade incauta, a polícia ainda não descobriu o grande perigo que o mesmo deixa transparecer. O Bar, ao que nos informam, é uma casa de vício e perdição, onde jogadores, bêbados e mulheres airadas se entregam a uma verdadeira bachanal”. Que a polícia, zelosa no cumprimento dos seus deveres, retire o quanto antes, da Praça do Ferreira o cartaz indecente e, para bem da moral e das famílias, tranque as portas do centro de libertinagem que é o referido Bar. Hoje recebemos reclamação e queixas justíssimas de distintos cavalheiros residentes no bairro Jacarecanga, narrando-nos as desordens praticadas pelos sambadores de todos os dias. Disparos de revolver, gritos, palavras indecorosas estão a perturbar constantemente o socego dos lares, que, em má hora, se acham localizados ás proximidades do terrível antro. Tal indecência, verdadeiro insulto ás famílias de Fortaleza, não pode persistir. Urge a acção enérgica da polícia (Cartaz..., 1922, p. 2).

O referido periódico, criado no mesmo ano de publicação da notícia, era propriedade da Arquidiocese de Fortaleza e se valia de um discurso moralizador para combater comportamentos e estabelecimentos que afrontassem a moralidade pública. Logo, o bar e outros espaços de lazer eram vistos como locais que se contrapunham aos “bons costumes” materializados na vida ordeira, laboral e familiar.

As reformas urbanas e sociais pensadas pelos setores dominantes da capital cearense que procuravam esquadrihar a topografia urbana, juntamente com a imprensa, buscavam não só delimitar as zonas do perigo e os espaços da desordem e dos vícios, mas também disciplinar os moradores e os seus frequentadores, a exemplo do trabalhador urbano e pobre. Este deveria ser enquadrado às exigências do mercado capitalista de trabalho assalariado que se formava em consonância com uma nova ética laboral (Chalhoub, 2012) referendada pela moral cristã que buscava internalizar valores burgueses às classes trabalhadoras.

Logo, o “Bar Cearense” era caracterizado como estabelecimento da “sujeira moral”, casa do vício e da perdição frequentado pelo baixo escalão social como as prostitutas, os jogadores e os ébrios desordeiros. Essa associação de todos estes tipos indesejáveis a um determinado espaço consistia numa estratégia para potencializar o suposto perigo que o referido recinto representaria à ordem pública. A presença destes pervertidos resultaria num bacanal regado a álcool, afrontando a moralidade e contaminando as sociabilidades recatadas das distintas famílias. Além do caráter acintoso à moral, a notícia relacionava estes sujeitos desviantes, suas práticas e o lugar que ocupavam a

um inevitável desenrolar de delitos devido aos “excessos [que chegam] a tiros, cacetadas, gritos, palavras indecorosas”.

A desordem aparecia nas crônicas como uma característica intrínseca a estes espaços de lazer por eles proporcionarem condições ao desenvolvimento de condutas desviantes já que supostamente eram o refúgio de toda a escória da cidade e por difundirem os vícios cotidianos como o álcool e a prática do jogo. Construído este cenário do perigo, o discurso moral do O Nordeste ganhava legitimidade para cobrar da polícia uma ação enérgica pelo fechamento desses estabelecimentos e pela perseguição aos seus frequentadores. Eram corriqueiros os casos de prisões de sujeitos encontrados em bares, botequins e bodegas de Fortaleza, considerados vadios e delinquentes em potencial.

Um destes casos foi retratado no jornal O Ceará, em 1928, ao falar da contenda entre “o pintor Francisco Diogenes da Costa, com 41 anos de idade, casado e José Massilon”, ocorrida num botequim à rua Castro e Silva, e em que novamente procurava-se estigmatizar o local:

A “Parada dos Bohemios” é aquele conhecido antro que demora á rua Castro e Silva, e para o qual ocorrem quando desejam por em prova os entao viciados de toda espécie, ao des Bacho, ou, por outras palavras, nhado affecto que teem pelo copo, canalizando para as vísceras repetidos goles da “branquinha”. “Das 21 horas em diante, é comum ver-se chegarem continuamente áquella casa de bebedeira farristas e mais farristas, que ali estacionam para adquirirem novas forças, conquistando depois a sua rota de patuscada devidamente saturados de álcool”. “Enquanto descançam para molhar a garganta, segundo sua gíria, os borrachos, fazendo vibrar desentoadamente o violão ou cavaquinho, põem-se a modelar canções e modinhas populares, cujas letras difficilmente se percebem, dada a forte embriaguez em que se encontram os improvisados trovadores. Taes são as scenas que se registram diariamente naquele botequim (Embriagado..., 1928, p. 7).

Tratado como casa da bebedeira onde se encontrava toda a espécie de viciados, condenava-se estes estabelecimentos pela venda de bebida alcoólica por considerá-la responsável por uma desorganização social e pela degenerescência das classes populares que, em estado de embriaguez, eram compelidas ao cometimento de crimes (Fonteles Neto, 2005). Sob esta ótica, narrava-se a briga que deu origem à crônica policial ao dizer que Francisco Diogenes quando “embriagado, agrediu com o tamborete o companheiro de bebedeira produzindo-lhe ferimento na cabeça”, resultando no seu recolhimento ao xadrez.

Muitos outros casos ganhavam destaque nas páginas impressas e reforçavam a imagem destes lugares “perigosos”, apontando inclusive suas localizações na cidade de Fortaleza. Em 1929, falava-se da bodega do senhor Simplício – localizada à rua da Assunção, esquina com a travessa dos Coelhos – que fora palco das “bravatas do Amorim que, armado de um facão e um tanto exaltado, dirigiu, a este [sr. Simplício], palavras insultuosas e feias trazendo todo o quarteirão em polvorosa” (As bravatas..., 1929, p. 5). Da mesma forma, “na bodega de um portuguez lá nas areias” o vende-

dor ambulante Manoel Ribeiro quis arranjar confusão por não conseguir bebida fiada, “mais um guarda entrou na bodega e ele foi para as grades” (Cachaça..., 1929, p. 4).

Além das denúncias de desordens nas bodegas da capital, também era comum na imprensa haver reclamações sobre as “casas de perdição”, ou seja, as casas de jogo e os bordeis:

### CASAS DE PERDIÇÃO

Por toda a parte onde anda o homem, aparece o perigo, e, onde estiver o vício, o perigo será maior. Fortaleza, a princesa do Norte, cidade moralizada, de intensa vida religiosa, está ameaçada pelos dois maiores inimigos do trabalho, civilização e moral – o jogo e a prostituição. [...] Casas de jogo são covis imundos onde não se deixa somente as economias, mas também a honra e o carácter. Quantos paes de família não sacrificam ali o futuro de seus filhos, principalmente das filhas, porque são ellas que mais necessitam da proteção e amparo dos paes. Mas se eles vão perder, nessas espeluncas, o fructo de seu trabalho, envez de dar conforto e educação á família, acabarão por arrebatar á própria esposa e ás filhas, as joias que só Deus sabe quantos sacrificios lhes custaram, para atirá-las impiedosamente na voragem de uma roleta. [...] E não é somente o jogo que está transformando numa grave ameaça aos nossos costumes de gente honesta e moralizada. A prostituição não fica atrás, em sua audácia, desfaçatez e licenciosidade. Nunca em Fortaleza se observou tantas casas suspeitas e até um bar onde campeia a especulação mais torpe, de envolta a prostituição mais atrevida e desbriada (Casas..., 1922, p. 1).

Pela notícia do O Nordeste, expressava-se novamente a existência de duas cidades que se queria distinguir, mas que na prática estavam imbricadas: de um lado a capital moralizada e elitizada, regida pelos “bons costumes” religiosos e pelas leis do trabalho que respaldava a civilização capitalista tida como moderna; do outro, teríamos o submundo da perdição, do crime e da miséria, covil dos degenerados físico e morais que habitavam os subúrbios e agiam à noite praticando roubos, homicídios, ofensas à moral e se entregando ao álcool, à jogatina e aos bacanaís.

As casas de tavolagem e os efeitos do jogo ameaçavam o desejo das elites de disciplinar as classes populares dentro dos princípios capitalistas do trabalho, da poupança, da propriedade e da razão por considerarem que eram nestes “covis imundos” que os indivíduos perdiam sua honra e suas economias, sendo uma ameaça até mesmo para os cidadãos distintos da urbe – a “gente honesta e moralizada” – que também eram encontrados nestes espaços. Ao mesmo tempo, essas “espeluncas” eram consideradas prejudiciais à ordem pública por serem vistas como “antros onde refervem e se desenvolvem todas as paixões humanas e fôco para onde ocorre a ralé e typos degenerados, não [sendo] de admirar que crimes de qualquer espécie ahi sejam perpetrados” (Aggressão..., 1928, p. 3).

Assim como o jogo, a prostituição era um dos problemas denunciados pela imprensa constantemente. Embora não tenha sido tipificada como crime, o jornal católico e outros periódicos consideravam o meretrício uma ameaça pois, supostamente, criava condições para o cometimento de crimes e a disseminação de doenças. Vários eram os relatos nas “notas policiaes” que denunciavam os conflitos existentes nas pensões – as casas das meretrizes – a exemplo do “sururu no Madama –

recanto escuro com fantasmas á noite e brigas de dia” (Um sururu..., 1929, p. 3) – localizado no bairro Fernandes Vieira e do caso de Waldo Moraes Costa que “foi preso ás 3 da madrugada por ter, em estado de embriaguez e armado de um revolver, tentado atirar em uns senhores, na Pensão da madame Fernanda” (Waldo, 1929, p. 4), um “típico local amoral”.

A própria população – ou parte dela – atuava como vigilante dos costumes locais ao fazer queixas nas páginas dos jornais diante da presença de casas de prostituição nas áreas nobres, alegando que estas atrapalhavam o sossego das “famílias dignas” e afrontavam seus estilos de vida recatados:

### A polícia deve intervir

Não é de hoje nem de hontem que vários jornaes de Fortaleza teem chamado a atenção de nossas autoridades para o que se passa diariamente nos domínios de “Maria Café” á rua Floriano Peixoto entre o edificio da Associação dos Merceeiros e a travessa próxima á praça José Bonifacio, onde fica localizado o quartel da polícia do Estado. [...]. Várias vezes os jornaes desta capital tem publicado reclamações merecidas contra aquella inferneira de todas as noites, sem que, até agora, tenha havido um paradeiro. Pelo contrário, aquelle numeroso cortiço cada vez mais fica assanhado, com o rebuliço terrível da abelha mestra Maria Café que explora uma porção de infelizes em proveito próprio. Aquelles cubiculos são diariamente frequentados por policiaes que dizem garantir a zona por conta delas, praticando toda sorte de irregularidades que depõem contra qualquer indivíduo mediamente educado. E as famílias vivem sobresaltadas. Á noite, quando procuram descansar por meio de um somno reparador, são despertadas pelo barulho de gritos, de assuadas e ás vezes de tiros desferidos pelos mesmos revolvers comprados pelo governo com o dinheiro do povo para produzirem desordens e desassossego (A policia..., 1928, p. 13).

A proximidade entre o bordel de Maria Café e o quartel da polícia estadual apresentava-se ineficaz para o controle do meretrício em Fortaleza. Na verdade, o queixoso ressaltava a localização do bordel como forma de denunciar a convivência da polícia com estes locais que deveriam ser seus alvos de ação por serem vistos como amorais, focos de desordens e vícios, ou seja, por estarem inseridos na cartografia do perigo urbano. Entretanto, o que se via era a presença da polícia enquanto clientes e/ou mantenedores do empreendimento diante do recebimento de propina pelas donas dos bordéis (Fonteles Neto, 2005).

Da mesma forma ocorria com as casas de tavolagem, onde era corriqueira as queixas sobre a falta de ação policial diante do combate à jogatina e do fechamento destes recintos. Apesar dos discursos moralizantes da imprensa e das orientações de seus superiores, os guardas mantinham negociações com os proprietários destas casas, de quem recebiam suborno que complementariam as parcas remunerações pagas pela corporação em troca da permissão para a continuidade dos jogos (Fonteles Neto, 2005).

Portanto, o que se via era, por um lado a constituição de um itinerário do crime nas páginas da imprensa delimitando as fronteiras do perigo – circunscrevendo tanto os bairros pobres quanto determinados espaços privados de sociabilidade – e atendendo aos anseios das elites aburguesadas

da urbe; e do outro as fissuras desta cartografia ao perceber que os limites entre os espaços da ordem e da desordem ficavam cada vez mais turvos e que a ação policial – que deveria tê-la como bússola norteadora – muitas vezes contribuía para dificultar o controle sobre esses recantos estereotipados.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intensas reformas urbanas e transformações sociais que ocorriam na capital alencarina nas primeiras décadas do século vinte modificaram as formas de sociabilidade entre as classes habitantes da urbe, as quais iam ocupando a cidade de modo desigual a partir dos privilégios de uns e das necessidades de outros. Este crescimento desordenado do espaço urbano e, por conseguinte, da desigualdade, conviveu com um aumento dos delitos, da prostituição, da violência e da miséria que, por sua vez, gerou discussões sobre segurança, criminalidade, moralidade e ordem pública que atravessaram as páginas de jornais e de textos acadêmicos das agremiações científicas.

Alguns setores da imprensa e intelectuais cearenses tentaram entender essa nova dinâmica urbana e seus problemas, propondo formas de solucioná-los. O que mais ganhou destaque foi a criminalidade, amplamente explorada nos jornais que buscavam aumentar a venda de exemplares explorando o cotidiano criminal a partir de narrativas sensacionalistas. Entretanto, a tentativa de entender o aumento da criminalidade veio acompanhada de preconceitos contra as camadas mais pobres da população, as quais haviam crescido por conta da onda migratória de sertanejos retirantes que vinham fugidos das secas e que para as elites urbanas dificultavam o processo de modernização de Fortaleza. A estes setores mais desfavorecidos foram imputados a responsabilidade pelo aumento da miséria e por práticas ofensivas à moralidade e à ordem pública.

Dentro deste contexto, jornais desempenharam papel relevante na construção e difusão da imagem das classes pobres enquanto grupos perigosos. Como foi visto ao longo do estudo, não eram poucas as notícias que relacionavam crimes à pobreza, procurando criar uma narrativa fatalista que estigmatizava o pobre urbano como mais propenso à prática de delitos seja por comportamentos moralmente questionáveis seja por habitarem locais supostamente marcados pela criminalidade, pela violência e pela degradação moral como eram retratadas as periferias urbanas.

À medida que as notícias foram analisadas, percebeu-se que a imprensa ia mapeando os locais e os sujeitos considerados perigosos ao caracterizarem pejorativamente tais espaços e destacarem os hábitos tidos como instigadores das transgressões. Criava-se, portanto, nas páginas dos periódicos uma cartografia do perigo, do crime que, não por acaso, coincidia com as zonas pobres da ci-

dade e que deveriam ser constantemente vigiadas pelo poder do Estado para uma melhor manutenção da ordem pública, vista pelas elites e autoridades políticas como ameaçada pelo crescimento desordenado da sua população. Eram corriqueiras as ações policiais ostensivas nos subúrbios da capital, assim como os pedidos dos periódicos por uma maior intervenção da polícia seja nas periferias para combater comportamentos “desviantes” dos moradores seja em determinados estabelecimentos para fiscalizar práticas ofensivas à moral que supostamente contribuiriam para a degradação da sociedade fortalezense.

Assim, a prática reiterada de difusão de notícias que apelavam para o estereótipo do “pobre criminoso habitante de uma periferia perigosa” por periódicos alencarinóis fazia parte de suas práticas letradas, ou seja, de “ações cotidianas em prol do letramento, da difusão de ideias através da leitura, da impressão e circulação de textos” (Cardoso, 2000, p. 24-25) e que tiveram papel central na construção dos estigmas e de um imaginário criminal que, de certa forma, influenciou o debate acerca de outros métodos de controle social que estavam sendo pensados e discutidos por autoridades políticas e intelectuais para lidar com as novas formas de convivência dentro de um espaço urbano que se modificava e que era marcado por intensos conflitos de classe.

### FONTES

AGRESSÃO em uma casa de jogo. **O Ceará**, Fortaleza, ano III, n. 862, 25 abr. 1928. Na polícia e nas ruas, p. 3.

A POLÍCIA deve intervir. **O Ceará**, Fortaleza, ano III, n. 784, 22 jan. 1928. Queixas do povo, p. 13.

AS BRAVATAS do Amorim. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 27, 11 abr. 1929. Notas policiaes, p. 5.

AVENTURAS de um marítimo. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 30, 14 abr. 1929. Notas policiaes, p. 8.

CACHAÇA e xadrez. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 31, 22 mar. 1929. Notas policiaes, p. 4.

CAFÉ, com pão...xadrez. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 52, 11 mai. 1929. Notas policiaes, p. 4.

CARTAZ indecente e acintoso: um antro de libertinagem. **O Nordeste**, Fortaleza, ano I, n. 13, 13 jul. 1922. Com vistas á policia, p. 2.

CASAS de perdição. **O Nordeste**, Fortaleza, ano I, n. 35, 8 ago. 1922, p. 1.

COMO vivem as classes pobres em Fortaleza. **O Ceará**, Fortaleza, ano IV, n. 1047, 2 dez. 1928, p. 9.

CRÔNICA da cidade: Morro do Moinho”. **Revista Ceará Ilustrado**, Fortaleza, ano I, n. 24, 21 dez. 1924, p. 7.

DOLOROSA scena de sangue. **A Razão**, Fortaleza, ano II, n. 406, 8 ago. 1930, p. 8.

EMBRIAGADO, agrediu com o tamborete o companheiro de bebedeira. **O Ceará**, Fortaleza, ano IV, n. 996, 2 out. 1928. Na policia e nas ruas, p. 7.

GONDIM, M. Visitando o Morro do Moinho: Aspectos sociais e econômicos da “Favela Cearense” - a “taxa de bombeiros” - o império da “macumba” - os sambas. **A Razão**, ano I, n. 19, p. 6, 10 jun. 1936.

LUCTA de box no mercado. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 25, 5 abr. 1929. Notas policiaes, p. 4.

NEM as armas da República são respeitadas. **O Ceará**, Fortaleza, ano III, n. 864, 27 abr. 1928. Na policia e nas ruas, p. 4.

O FLAGELO da mendicância. **O Ceará**, Fortaleza, ano IV, n. 1018, 27 out. 1928. Queixas do povo, p. 6.

O MILAGRE escapou por milagre. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 8, 19 mar. 1929. Notas policiaes, p. 5.

POUCAS vestes. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 5, 15 mar. 1929. Notas policiaes, p. 4.

PRESO em sua própria casa. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 38, 24 abr. 1929. Notas policiaes, p. 4.

SILVEIRA, Sérgio. Na piedade: visitando as areias da Piedade - onde campeia o meretrício - quadros de miséria e de dor - uma cruz na estrada - um tear - outras notas. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 38, 5 jul. 1936, p. 13.

UMA “PESCARIA” feliz. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 38, 24 abr. 1929. Notas policiaes, p. 4.

UM “SURURU” no Madama. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 10, 21 mar. 1929. Notas policiaes, p. 4.

WALDO vae de “costa” ao xadrez. **A Razão**, Fortaleza, ano I, n. 34, 19 abr. 1929. Notas policiaes, p. 5.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Erick de Assis. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. – Fortaleza: INESP, 2007.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. “Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. IN: FENELON (Org.). **Cidades**. – São Paulo: Ed. Olho d’Água. 2000.

CARDOSO, Gleudson Passos. A república das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873 - 1904). São Paulo: Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em

História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27625/19811>.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque.** – 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Crimes impressos: uma história social dos noticiários criminais em Fortaleza nos anos vinte.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930).** Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/47607>.

MATTOS, Rômulo Costa. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na primeira República.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/27717>.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX.** – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930).** – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999. 2ª ed.

SILVA, José Borzachiello. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza.** – Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SOUSA, Francisca Ilnar de. O território do prazer: a gênese da prostituição em Fortaleza. **Revista Educação em debate.** Fortaleza, ano 19, nº 34, 1997, p.13-23. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/14240?locale=es>.

VIEIRA, Carla M. **Sociabilidade e Lazer: Fortaleza no início do século XX.** – Fortaleza: INESP 2015.